

Que Visão para a Defesa?

António José Telo
Professor da Academia Militar

Texto relativo à comunicação proferida pelo Senhor Prof. Doutor António José Telo, no IDN, a 4 de Maio de 2009, no âmbito do ciclo de conferências intitulado *Que Visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO*.

For a Defence Vision

The present text is a written version of a conference delivered by Doctor António José Telo at the National Defence Institute on the 4th May 2009. The conference was delivered in the context of a cycle of seminars on the subject A Vision for National Defense: Portugal-Europe-NATO.

A visão para a evolução da defesa em Portugal, na Europa e na NATO depende essencialmente da perspectiva sobre a evolução mais geral. Aqui começam as dificuldades, pois se alguma coisa caracteriza o mundo actual é a sua complexidade e rápida transformação, de onde resulta a dificuldade, para não dizer impossibilidade, de prever a evolução a médio prazo.

Sendo assim, a aproximação que faço tem de ser necessariamente condicionada pela precaução e por uma série ampla de prevenções. A primeira, é que aponto meramente as grandes tendências da evolução, os movimentos de fundo esboçados a traço grosso; destes, só menciono os que me parecem mais importantes pelas suas implicações na evolução da defesa; as tendências identificadas têm ritmos de evolução muito diferentes, uns medidos em anos e outros em décadas. Finalmente, há que acrescentar que o campo para surpresas e imprevistos é muito amplo e tudo pode mudar de um dia para o outro – bastaria, por exemplo, um atentado terrorista com armas nucleares para alterar por completo a conjuntura, num sentido impossível de prever, pois dependeria das circunstâncias concretas.

Que está a mudar em termos gerais que tenha maiores implicações no campo da defesa? A maior parte dos autores responde a esta pergunta com uma extensa lista de manifestações concretas, que vão desde a multiplicação dos agentes internacionais, à maior facilidade de acesso às armas de destruição massiva, sem esquecer os poderes emergentes e a afirmação das ameaças transnacionais. Na minha modesta opinião tudo isto e outras manifestações que se podiam mencionar, não passam de efeitos de movimentos de fundo mais amplos, que, esses sim, interessa compreender na sua lógica, com todas as limitações que este exercício possa ter. Caso contrário, o que obtemos é uma mera lista de consequências ou manifestações concretas, que surgem como fenómenos desligados entre si, sem lógica e sem coerência. O que me interessa num primeiro momento, em resumo, é tentar obter uma visão da floresta e não uma descrição das suas árvores.

-*-

Na minha perspectiva pessoal, as muitas mudanças em curso podem ser agrupadas e entendidas a partir de três eixos aglutinadores principais, que são outros tantos movimentos de fundo; são eles que, de uma forma ou de outra, contêm os grandes desafios da humanidade nos próximos tempos e provocam todas as consequências concretas que alteram o quadro de segurança:

- o primeiro, é de curto prazo e tem a ver com as mudanças do sistema internacional, aceleradas com a crise económica e financeira;

- o segundo, é de médio prazo e tem a ver com a crise do modelo de desenvolvimento;
- o terceiro, é de longo prazo e tem a ver com a crise da relação ecológica com o planeta Terra.

Todas as mudanças de fundo dos próximos anos vão estar de uma forma ou outra ligadas a estes três eixos aglutinadores, pelo que interessa desenvolver um pouco mais o que entendo por eles. No conjunto, o que se perspectiva é uma alteração de fundo das sociedades, dos valores e das formas de vida, com implicações gigantescas para a defesa.

O Sistema Internacional – A Crise Económica e Financeira

A crise económica e financeira, que estalou em 2008 e alcançou o ponto mais alto (até agora) em 2009, não é normal, por várias razões. Em primeiro lugar, pela sua dimensão. Quase todos os observadores referem que ela é a maior desde 1929 e, em alguns aspectos, já ultrapassou mesmo esse marco. Algumas avaliações, por exemplo, apontam para uma quebra brusca dos capitais em bolsa de 61 triliões de dólares, em 2007, para 31 triliões, em 2009, uma redução brutal para quase metade. Uma soma imensa à escala global foi engolida por um gigantesco “buraco negro”.

As principais economias mundiais têm uma previsão de crescimento negativo em 2009: menos 2,5% no Canadá, menos 2,8% nos EUA, menos 3,7% no México, menos 1,3% no Brasil, menos 4% na Alemanha, menos 4,4% na Itália, menos 6% na Rússia, menos 6,2% no Japão, menos 4% na Coreia do Sul. Entre as principais economias só raras apontam para o crescimento em 2009, mas mesmo estas com valores abaixo do normal: a China passa de 13%, em 2007, para 6,5%, em 2009; a Índia passa de 9,3% de crescimento, em 2007, para 4,5%, em 2009. O que é mais, as grandes economias prevêem para 2009 défices orçamentais recordes, tendo em conta as medidas de apoio aos desempregados e às empresas: deficit de 13,1% do PIB nos EUA, de 11,5% do PIB no Brasil, de 9,3% do PIB na Itália, de 6,8% no Japão e, até na China, está previsto um deficit de 3% do PIB para 2009 (tudo dados do *Strategic Survey 2009*, IISS).

Os efeitos da crise são muito significativos na Europa, Ásia e América sob a forma de um aumento brutal do deficit, desemprego, queda do nível de vida, redução do consumo, comércio e turismo, tudo acompanhado por um geral desanimo e desmoralização. Noutras zonas do planeta, onde se incluem amplas áreas da África, Ásia e Iberoamérica, a crise traduz-se principalmente numa queda das exportações

(normalmente em mais de 30%), redução dos preços das matérias-primas, dificuldades de importar, queda do investimento estrangeiro, corte drástico dos créditos internacionais e multiplicação das crises humanitárias.

Os analistas dividem-se sobre a evolução futura. Muitos referem (em meados de 2009) que o pior já passou, mas logo acrescentam que a recuperação será lenta e mesmo duvidosa em amplas zonas durante 2010. O Banco de Portugal, por exemplo, menciona que o país só conhecerá provavelmente sintomas de recuperação, nomeadamente sob a forma de diminuição do desemprego, em fins de 2010; a OCDE, por seu lado, garante que o desemprego vai aumentar em Portugal até fins de 2010. Outros analistas são mais pessimistas (ou realistas?) e falam de uma crise de longo prazo que, com altos e baixos, veio para ficar por muitos anos, não sendo sequer certo que já se tenha batido no fundo.

O ponto mais significativo da crise, na minha opinião pessoal, é o facto de ela ter acelerado uma mudança em curso na geoestratégia global e nos grandes alinhamentos mundiais. A situação presente é normalmente atribuída à “ganância” e “desonestidade” de um pequeno punhado de financeiros que desenvolveu esquemas imaginosos, responsáveis por gigantescas burlas internacionais, com promessas de grandes lucros, que atraíram bilhões para actividades altamente especulativas.

Na realidade, o que aconteceu foi mais amplo e importante que isso. Em termos simples, o chamado “sistema virtuoso” que alimentou o crescimento da economia mundial desde meados dos anos noventa entrou em colapso.

O “sistema virtuoso”, embora complexo, baseava-se numa série simples de grandes fluxos globais. Nos últimos vinte anos, assistimos a uma transferência em larga escala da indústria tradicional para as zonas emergentes com mão-de-obra barata, que tinham condições para obter um produto final por um preço inferior ao normal nos estados mais ricos. Assistimos igualmente a um progressivo (mas nunca completo) levantar das barreiras ao comércio internacional, tendo-se alcançado o sistema comercial global mais aberto e liberal de sempre. Nas últimas décadas, as economias emergentes, com destaque para a China, Índia e Brasil, exportaram em larga escala para as zonas mais desenvolvidas, provocando uma nova e imensa vaga de crescimento do comércio global (mais do que duplicou em vinte anos). Os grandes exportadores conheceram taxas de crescimento nunca antes vistas de forma sustentada, nem no período da primeira revolução industrial.

Nas zonas mais desenvolvidas o consumo aumentou muito, alimentado em toda a parte, não por uma produção própria de bens e serviços (que pouco cresceu), mas sim por um geral endividamento, que ia dos particulares ao Estado central, passando por empresas e autarquias – todos viviam alegremente acima do que ganhavam, numa febre consumista e especulativa que era alimentada pelo clima

geral. Os bancos pressionavam para emprestar dinheiro, sem olhar a garantias, e os políticos pressionavam para alargar ainda mais o “crédito popular”. Os fundos para o endividamento generalizado das sociedades mais ricas do planeta vinham essencialmente de duas origens: os capitais imensos que os estados emergentes acumulavam com a explosão das exportações; os capitais não menores que a economia ilegal produzia e que procuravam uma colocação rentável, depois de complexos processos de lavagem de dinheiro. Certos analistas não hesitavam em afirmar que a economia paralela era um terço da legal e, em certos casos, mais de metade.

Em termos gerais, em menos de quinze anos o endividamento geral nos EUA e na Europa mais do que triplicou; quanto ao endividamento das famílias, passou de um terço ou menos do rendimento disponível para 150% ou mesmo 200% deste. O “sistema virtuoso” alimentou em amplas zonas um crescimento artificial, especialmente forte nos estados emergentes, mas igualmente muito significativo na maioria dos estados mais ricos. Houve algumas excepções, como foi o caso de Portugal, que a partir de 2001 cresceu abaixo da média europeia, ao contrário do que acontecia antes.

O “sistema virtuoso”, em resumo, parecia excelente, tendo provocado um crescimento muito anormal, o que contrariava as teses dos que falavam na insustentabilidade de médio prazo. Muitos políticos podiam compreender que a médio prazo era impossível continuar a viver do aumento permanente da dívida. Mas quem seria o político no seu perfeito juízo que resolvia acabar voluntariamente com esta voragem, quanto todos os outros a seguiam? Quem pregaria a contenção e a cautela, numa altura em que todos punham o prego a fundo no aumento da dívida, num sprint que parecia não ter fim?

Aconteceu simplesmente que o sistema tinha limites de curto prazo, e como ninguém tirou o pé do acelerador a única solução foi chocar de frente contra o muro. A procura ilimitada do crédito suscitou esquemas de endividamento fácil, que ninguém pretendia realmente controlar. A especulação, o crédito fácil, os esquemas imaginosos para limpar dinheiro e tudo o resto, não foram um produto isolado de algumas mentes desonestas: foram o resultado normal e previsível de um clima de procura desesperada de um último *boom* de crescimento. Era como se um ente colectivo que soubesse que a idade de ouro estava a acabar, tentasse um último sprint para a prolongar por mais uns anos, mesmo que isso compromettesse ainda mais o futuro. As gerações futuras que paguem: era esse o lema geral, nunca dito, mas sempre presente. Era uma febre colectiva, pela qual a geração presente punha em causa os que vinham a seguir, sem se preocupar muito com isso, desde que fosse possível manter um nível de vida acima dos seus reais rendimentos e possibilidades por mais uns anos.

-*-

O “sistema virtuoso” alterou drasticamente os equilíbrios globais. A China e a Índia são hoje entidades com um poder relativo muito diferente do que eram em 1990. O que é mais, a crise, embora as tivesse afectado fortemente (só a China viu as exportações descerem 40%), surgiu num bom momento e facilitou a passagem a uma nova fase do crescimento. A China, por exemplo, aprovou já em 2009 um programa imenso de investimento (da ordem dos dois triliões de dólares) para crescimento do mercado interno e não para apoiar os sectores de exportação, como era normal até aqui. A crise, em resumo, fez em pouco meses com que o governo americano investisse mais de três triliões de dólares só para impedir o colapso do sistema financeiro e aguentar o desemprego em níveis toleráveis; ao mesmo tempo, a China investiu dois triliões de dólares no desenvolvimento do mercado interno, sem recurso a crédito, e conseguiu ainda financiar uma parte substancial do endividamento dos EUA. Lembra-se quando eram os EUA que financiavam a Europa, apesar de esta ser oficialmente o centro do mundo e os EUA meramente um poder emergente? Foi nos começos do século XX, durante a 1ª Guerra Mundial, há cerca de 100 anos.

Não é preciso ser um mago para prever que a crise se vai traduzir a médio prazo numa alteração ainda mais rápida dos equilíbrios globais, em benefício dos poderes emergentes, pelo menos daqueles que contam com estados fortes e entidades de dimensão suficiente para aplicarem estratégias globais, que permitam adaptações rápidas a condições drasticamente alteradas.

Mas há os outros: as amplas zonas do planeta com estados ditos soberanos, mas frágeis (exíguos, diria o Prof. Adriano Moreira), sem entidades alternativas de dimensão significativa, sem capacidade de criar estratégias de resposta ou de fazer adaptações que visem qualquer outra coisa que não seja a sobrevivência por mais algum tempo. Para esses, a crise é terrível e vai-se traduzir num mergulho ainda maior na zona negra do caos e da anarquia, das guerras de grupos ou tribos/ /etnias, da confusão e da debilitação da soberania. Nos últimos meses assistimos a fenómenos que são um resultado directo deste processo: crescimento da pirataria marítima, crises humanitárias em amplas zonas, aumento da fome, pandemias, desenvolvimento do narcotráfico, com organizações que já dominam amplas zonas de alguns estados (não só a Colômbia e o Afeganistão, como o próprio México), crescimento da emigração clandestina, etc., etc.

O que se desenha com a crise, em resumo, é o colapso do “sistema virtuoso”, que pode não ter acabado já, mas entrou numa fase complicada de refluxo evidente. Assistimos a um imenso acelerar da mudança dos equilíbrios globais.

E a saída da crise? Penso que, do que foi dito anteriormente, é fácil deduzir uma coisa. Se a crise foi provocada pelo colapso de um sistema global não sustentável, ela só pode realmente ser superada com o desenvolvimento de um sistema alternativo. A destruição em larga escala que já ocorreu facilita a recuperação, mas o problema de fundo é que muitos dos chamados “sintomas positivos” mais não são que uma tentativa de voltar ao antigo sistema, coisa que não será possível fazer na escala do passado. O que é talvez pior, quase todos os estados mais desenvolvidos recorreram a uma nova corrida ao endividamento para responder aos problemas de curto prazo, o que significa que agravaram os problemas de fundo e a factura a pagar pelas gerações futuras. Talvez se tenha evitado o pior da crise, mas o preço foi dificultar o arranque. Sendo assim, a recuperação rápida é muito duvidosa, pois o que está em causa é uma alteração das regras do jogo gerais e tudo se passe num momento de rápida mudança dos pesos relativos no sistema internacional.

Crise do Modelo de Desenvolvimento

Vivemos hoje na recta final de um modelo de desenvolvimento geral que a humanidade adoptou no essencial há cerca de 500 anos, quando se deu o grande pulo da globalização. A principal diferença entre este modelo e outros do passado é que ele não é sustentável no longo prazo, embora permita taxas de crescimento muito superiores às do passado.

Os modelos de desenvolvimento anteriores baseavam-se no essencial na exploração de recursos renováveis, o que permitia a sua manutenção sem limites temporais evidentes. É certo que, mesmo no passado, volta e meia sociedades inteiras cometiam erros de grande envergadura e, quando eles se traduziam numa alteração drástica dos equilíbrios ecológicos, isso provocava o seu rápido colapso, como aconteceu com as civilizações americanas pré-colombianas. Mas no passado isso eram crises regionais, contidas numa dimensão limitada, que não afectavam de forma drástica o processo global, até porque o grau de dependência de uma zona em relação às outras era limitado.

A partir do século XV as coisas mudam rapidamente. Em primeiro lugar, entre 1415 e 1900 todas as sociedades do planeta se ligam entre si por redes mais ou menos densas de contactos multifacetados, económicos, culturais, militares e outros. De alguma forma, todas as sociedades passam a depender cada vez mais das outras, num grau e de formas muito variáveis, num processo de criação crescente de redes de interconexão. Este processo é alimentado e acelerado desde o século XVIII pela

procura do crescimento quantitativo sustentado, a que alguns autores chamam o “crescimento económico moderno”.

Na realidade, desde o século XVI o crescimento passou a depender do consumo a ritmo crescente de recursos não renováveis. São recursos que, numa escala planetária, demoraram milhões de anos a criar, enquanto o ritmo da sua procura aponta para o esgotamento num período de centenas ou milhares de anos. Ao princípio ninguém se preocupou com isto: os recursos pareciam inesgotáveis, pois estavam constantemente a ser descobertos novos, num planeta que ainda se conhecia mal e que era “selvagem”.

O que aconteceu é que, quando o processo começou, a humanidade tinha cerca de 500 milhões de indivíduos; hoje caminha para os sete biliões e a média de consumo de um indivíduo é qualquer coisa como vinte vezes maior que em 1500. Os recursos em resumo, estão hoje a ser consumidos cerca de mil vezes mais depressa do que há cinco séculos.

Durante quanto mais tempo se vai conseguir manter o modelo não renovável vigente? É muito difícil dizer. Os mais optimistas sublinham que as reservas de qualquer dos recursos vitais dá, pelo menos, para mais 50 anos, o que possivelmente é verdade, embora em relação a alguns, como o lítio ou o petróleo, haja legítimas dúvidas quanto a este prazo. De qualquer modo o problema não está no desaparecimento súbito de um recurso, mas sim na crescente dificuldade de o obter, tendo em conta o crescimento exponencial da procura, ou seja, o problema está no aumento dos preços, o que se traduz num crescimento das rivalidades a todos os níveis.

A explosão da procura é algo especialmente evidente nas duas últimas décadas, num processo que só se inverteu parcialmente com a crise de 2008. Há vinte anos a China ainda exportava petróleo; hoje importa mais de dois terços do consumo e o crescimento da procura de ano para ano é imenso. Só na China, por exemplo, a classe média aumentou em cerca de 200 milhões de indivíduos nos últimos quinze anos (tudo depende do que classificamos de “classe média”, como é evidente). Isto representa uma duplicação da classe média dos EUA e da Europa, só à conta da China, mesmo sem levar em conta os outros poderes emergentes - seria preciso somar mais 100 milhões de indivíduos da classe média à conta da Índia.

A classe média é a grande consumidora; a diferença em termos de consumo de recursos entre, por exemplo, um professor que vive numa grande cidade ou um camponês que labuta a terra de onde extrai uma subsistência duvidosa, é de um para dez. A pressão na procura nos últimos anos, em resumo, não é alimentada principalmente pela explosão populacional em termos gerais, que já por si é uma bomba atómica, mas sobretudo pela alteração qualitativa da população. É uma

situação em que um processo que, à partida é positivo e excelente (há cada vez mais pessoas a viverem com maiores consumos), se traduz no rápido agravamento de um problema de fundo.

Durante quanto tempo se poderá manter esta situação? É impossível responder, mas a grande diferença de hoje em relação ao passado é que agora a pergunta faz sentido e, mesmo os mais optimistas, não conseguem responder “para sempre”, ou mesmo, por “muitos séculos”. A resposta mede-se em décadas (sem dúvida, mais de cinco) e falo de décadas que vão conhecer um agravamento progressivo da situação, em que será crescentemente difícil manter um modelo que confunde crescimento com desenvolvimento e que arrasa tudo à sua volta, com efeitos no ambiente e na biodiversidade que são já muito graves, senão catastróficos.

Falemos claro: nenhum recurso vital vai desaparecer nos próximos 30 a 50 anos, mas nas próximas décadas será evidente em relação a alguns deles a tendência para um aumento do preço, com todas as suas consequências, a principal das quais será o aumento das rivalidades externas e o agravamento das fontes internas de conflitos sociais.

Outra das grandes diferenças de hoje em relação ao passado é que agora, depois de cinco séculos de intensa globalização, já não há respostas parciais. Para criar um modelo alternativo é preciso pensar numa escala global, pois a interligação do planeta é demasiado forte para permitir qualquer outra aproximação. É isso que permite prever, sem grandes riscos e numa escala de décadas e não de anos, que vamos assistir a um crescimento progressivo dos mecanismos de interacção global, a uma construção progressiva de um “governo mundial”, que já existe como embrião, mas se vai alargar e aprofundar. É um processo que pode ser harmonioso ou violento, rápido ou lento, destruidor ou criador, mas é certo.

Os problemas actuais só têm resposta numa escala global e isso implica edificar mecanismos de acção nessa mesma escala. No passado foi isto que sempre aconteceu e não há motivos para agora ser diferente. As mentes mais tradicionais, esquecem normalmente que o estado-nação, que marca ainda a realidade actual, só se desenvolveu nos últimos cinco séculos e só alcançou a maturidade há escassos cem anos. Se isso aconteceu, foi porque o estado-nação respondia aos problemas do seu tempo. Mas hoje, o tempo e os problemas são outros. Os estados de soberania plena hoje, pura e simplesmente já não têm a dimensão suficiente para resolver qualquer dos reais problemas de fundo da humanidade, o que não significa que sejam inúteis ou que não representem (ainda) a maior concentração de poder e capacidades à escala global.

A Crise Ecológica - A Relação com o Planeta

As preocupações ecológicas praticamente não existiam há cinquenta anos atrás, mesmo em termos científicos e muito menos em termos políticos. Os problemas centrais da humanidade nas próximas décadas são todos muito recentes, o que faz com que não tenham resposta fácil. Há vinte anos atrás não se falava, por exemplo, da alteração climática. Quem previsse, em 1990, que esse tema seria o assunto central da agenda da reunião dos estados mais poderosos do planeta em 2009 (os G-20) ou das discussões centrais na Assembleia Geral da ONU, provocaria uma imensa gargalhada e seria acusado de loucura delirante, merecedora de um rápido internamento.

Mesmo há dez anos assuntos como o aquecimento global eram considerados de alta especulação, um tema que era apropriado para congressos científicos especializados, que lidavam com movimentos milenares sem importância para o presente, mas que nada tinha a ver com as reais preocupações do quotidiano. Hoje em dia, o G-20 coloca como objectivo central da humanidade o de impedir que até ao fim do século a temperatura global aumente mais de dois graus. Dois graus a mais é muito mau; cinco ou sete graus, número para que as previsões mais pessimistas apontam, seria uma catástrofe de incalculáveis proporções.

Não é preciso ser um mago, nem esperar pela cimeira da Dinamarca, para prever que antes de 2050 a temperatura global terá aumentado dois graus e que a humanidade passará a encarar este assunto, não como uma preocupação importante (o que já hoje faz), mas como algo vital, algo de que depende a sua sobrevivência.

A crise ecológica, em resumo, tende a passar de uma preocupação bizarra de indivíduos exóticos, para ser o problema central, ao qual tudo o resto se subordina, embora hoje ainda não seja assim entendida. É um problema que se liga directamente ao do modelo de desenvolvimento não sustentável mencionado anteriormente, pois um é o grande responsável do outro.

Mais uma vez não há uma resposta simples e, mesmo que seja possível conceber uma resposta, ela passa pela drástica alteração das formas de vida e da civilização global, coisa que ainda não é politicamente correcta afirmar. Os optimistas sublinham os passos positivos que se têm dado e mencionam casos isolados de sucesso na criação de boas relações ecológicas, casos que hoje em dia se aplicam a alguns milhares de indivíduos; gostam de salientar acções simbólicas, como seja a de transformar os jardins de flores da Casa Branca em hortas de vegetais. Os pessimistas sublinham que isso é uma gota de água no oceano e que, em termos globais, a evolução continua num sentido descendente em plano inclinado, com a agravante

que os cinco biliões de indivíduos de há escassos vinte anos estão transformados já hoje em quase sete biliões e continuam a crescer.

As principais tensões e fontes de conflito nos próximos tempos, em resumo, serão simultaneamente externas e internas, pois a evolução de médio prazo aponta para um aumento das rivalidades internacionais acompanhado por um reajustamento dos equilíbrios internos. Tanto as sociedades mais desenvolvidas como as outras vão sentir em cheio este choque, embora por caminhos e razões diferentes.

-*-

Todos os factores que são normalmente mencionados como “novos” num quadro de segurança e defesa, devem ser entendidos como uma consequência dos três movimentos mencionados. É o caso, por exemplo, da crescente fragilidade dos estados, do aumento das catástrofes naturais, do crescente número e tipo de agentes internacionais, do aumento das guerras internas, da violência que vem de dentro, da crise de valores, da explosão das intervenções multilaterais, da alteração da guerra, da mudança da conflitualidade, etc., etc. As ameaças que pairam sobre o mundo actual são maiores do que no passado, mas são de tipo muito diferente; desta vez não está em causa a invasão por milhões de sanguinários bárbaros. Desta vez, a crise é geral e as suas manifestações mais fortes vão fazer-se sentir de dentro para fora.

A tendência de momento é para o fenómeno se agravar, mas não se trata evidentemente de um movimento regular e linear; é, pelo contrário, uma linha em zig-zag, com altos e baixos, mas que tem um sentido geral descendente, embora por vezes possa parecer o contrário. Por exemplo: o preço do petróleo diminuiu muito nos últimos meses (para um terço do que era), mas isto insere-se dentro de um movimento de longo prazo no sentido do seu aumento, como em meados de 2009 é já claramente visível.

O grande problema é que não há por enquanto respostas de fundo numa escala global a qualquer dos grandes desafios do tempo presente. O que existe, no essencial, é uma tentativa de prolongar o passado durante mais uns anos, de evitar ou atrasar a procura de reais respostas, que serão difíceis e complexas. Este facto traz consigo duas consequências imediatas de grande importância: a situação geral vai agravar-se rapidamente; vamos assistir nos próximos anos a uma ampla revisão de teorias, conceitos e valores e a ajustamentos numa escala global de grande envergadura e violência. Será uma violência diferente do passado, pois não resultará no fundamental de choques entre estados, mas sim do refazer dos equilíbrios tradicionais das sociedades, num processo que será principalmente interno. Será uma violência

sem rosto e sem nome, sem inimigos facilmente identificáveis, sem causas evidentes. Os valores tradicionais serão postos em causa e a tendência geral das pessoas será a de procurar refúgio nos valores do passado, antes de entenderem que também eles não são resposta para os problemas do futuro; simplesmente, como ainda não há reais soluções, também ainda não são claros os valores que as vão acompanhar, o que torna o momento presente especialmente complicado.

Um Quadro Geral de Segurança

Até agora procurei traçar um quadro geral e global dos grandes movimentos de fundo que condicionam a segurança e defesa, numa análise essencialmente prospectiva e num período longo, medido em termos de pelo menos cinco décadas.

Agora vou mudar drasticamente de metodologia. Vou passar a falar, não no cenário global, mas sim na NATO europeia; não nas mudanças gerais, mas sim no quadro estrito da defesa; não na prospectiva, mas sim no que aconteceu nas duas últimas décadas.

A razão de ser desta mudança drástica é simples: uma vez identificados teoricamente os movimentos de longo prazo, pretendo verificar se as mudanças efectivamente ocorridas nos últimos vinte anos na região em que Portugal se insere, confirmam ou não as tendências detectadas. Para que sejam possíveis comparações vou adoptar como universo a NATO europeia tal como ela existia em 1990, ou seja, reduzida a 14 estados. Hoje a NATO da Europa é muito maior, mas se adoptasse a sua composição actual não seriam possíveis comparações numéricas com a realidade de 1990. Todos os números citados futuramente se referem assim ao aglomerado dos 14 estados da NATO europeia em 1990 e resultam de um tratamento estatístico próprio, feito com base no *Military Balance* (anos de 1990-1991 e 2009).

-*-

A primeira mudança na NATO europeia nas duas últimas décadas não se pode quantificar: é a drástica alteração do próprio conceito de defesa. Há vinte anos atrás, a defesa era entendida essencialmente como uma actividade fundamentalmente do Estado central, que visava manter o território, pessoas e bens contra agressões externas. Hoje em dia, a defesa é entendida como um componente de um quadro geral de segurança humana, que é da responsabilidade de toda a sociedade e visa no essencial manter valores e uma forma de vida, uma actividade exercida numa escala planetária e não somente dentro das fronteiras de um estado. É claro que

nem todos entendem ainda a defesa nesta acepção e as mentalidades mais clássicas estão muito ligadas ao passado, mas é tudo uma questão de tempo.

-*-

A segunda mudança, é que se alterou drasticamente o conceito do que são operações militares e o seu enquadramento, nomeadamente em termos dos agentes envolvidos. Antes pensava-se que o principal, se não o único, agente da defesa eram as Forças Armadas e que elas actuavam numa acção de dissuasão, em tempo de paz, e de reacção, em tempo de guerra. Se olharmos para os últimos vinte anos de evolução na NATO europeia verificamos, porém, que nenhum estado desencadeou operações militares para defender o seu território contra uma agressão externa. Em contrapartida 13 dos 14 estados considerados (a excepção é a Islândia) entraram em operações militares frequentes, num ritmo que aumentou ao longo do tempo. Em 2009, por exemplo, a pequena Dinamarca mantém forças expedicionárias em 13 teatros espalhados por três continentes, com componentes que vão desde os 750 homens no Afeganistão (ISAF) aos poucos observadores na Libéria (UNMIL) ou no Nepal (UNMIN). Mesmo a Alemanha que, em 1990, estava proibida pela Constituição federal de manter forças armadas no exterior, sustenta em 2009 nada menos de 15 forças expedicionárias, em que a maior são os 3310 alemães destacados no Afeganistão. As operações militares, em resumo, tornaram-se frequentes e normais, sendo usual que qualquer estado da NATO europeia esteja envolvido em várias ao mesmo tempo. E isto acontece ano após ano, sem haver propriamente um período de “paz”, ou seja, um período sem operações militares activas fora de fronteiras.

-*-

Mas as operações militares em causa são muito diferentes do passado. Quase todas, senão todas, são conjuntas e combinadas, com os três ramos das Forças Armadas e forças multinacionais. O que é mais, quase todas, se não todas, implicam uma acção coordenada entre agências militares e civis, tanto estatais como privadas. A complexidade que isto provoca é muito maior do que no passado e a coordenação torna-se mais difícil, tanto mais que a direcção efectiva de uma operação militar é no essencial política. Uma operação típica da NATO, como a do Afeganistão, decorre muito longe do território original da NATO, envolve forças militares e civis de mais de vinte estados, para além de dezenas de empresas e agências privadas, todas elas com regras de empenhamento e orientações próprias e é mais política do que militar. As operações militares, em resumo, estão dispersas por todo o planeta,

tornaram-se político-militares, são muito mais complexas e exigentes, com objectivos vagos e difíceis de traduzir em termos de alvos militares clássicos. O objectivo não é destruir as forças do inimigo, até porque muitas vezes não se sabe quem é o inimigo ou onde está. A diferença em relação ao passado recente é imensa.

Os agentes destas operações deixaram de ser exclusivamente ou até principalmente os militares, num processo em que as Forças Armadas têm cada vez mais civis e as empresas e outras entidades têm cada vez mais forças militares próprias. No Iraque, por exemplo, na altura do envolvimento internacional mais intenso (em 2004-2006) a mais numerosa força armada no território eram as empresas privadas de segurança.

-*-

A terceira grande mudança é a drástica alteração entre Forças Armadas e sociedade. O paradigma do Estado-Nação industrial era o das Forças Armadas do cidadão soldado, baseadas na conscrição, o serviço militar obrigatório, por onde passava teoricamente toda a população masculina e, nalguns casos, uma parte da feminina. Nos últimos vinte anos esta situação mudou drasticamente na NATO europeia, a pontos de se poder dizer que vivemos já hoje num paradigma muito diferente.

A crescente complexidade e diversidade das operações militares levou a que não mais fosse possível ensinar e treinar o cidadão nos rudimentos da arte militar em três ou mesmo seis meses de recruta. A arte militar, tal como acontece com outras actividades, passou a exigir períodos de formação mais prolongados para ser minimamente dominada, tanto pelos generais como pelos soldados; em última instância, ela passou a exigir uma vida inteira, com períodos de formação e reflexão que alternam com outros de envolvimento directo em operações.

O que é mais, na NATO europeia não é concebível enviar uma força expedicionária para o exterior que não seja voluntária, o que vai contra o conceito do serviço militar obrigatório. Como as operações em que o cidadão soldado aceita envolver-se de forma obrigatória (como a defesa do território contra agressões externas) deixaram de ser previsíveis na NATO europeia, as forças armadas da conscrição perderam a sua razão de ser.

Em 1990, todos os 14 estados da NATO europeia se baseavam no serviço militar obrigatório. Em 2008, isso só se aplica a cinco estados (Alemanha, Dinamarca, Noruega, Grécia e Turquia), ou seja, uma minoria. Desses, em três (Alemanha, Dinamarca e Noruega) o serviço militar obrigatório é somente teórico, com um contingente mínimo incorporado (na Alemanha, só 55 mil elementos das forças

armadas vieram da conscrição, num total de 245 000 – 22%). Mesmo estes só estão nas fileiras por um período muito reduzido (quatro meses na Dinamarca; oito a nove meses na Alemanha e Noruega). De qualquer modo, a Alemanha só envia para o exterior voluntários, o que exclui o recurso aos militares da conscrição, que permanecem nas fileiras menos tempo do que o necessário para preparar e realizar uma missão de seis meses no exterior (seria necessário pelo menos um ano – com formação prévia, missão e transmissão da experiência ao próximo contingente). Podemos dizer que só efectivamente dois estados da NATO europeia (a Turquia e a Grécia) mantêm em 2008 a conscrição (com um período obrigatório de 12 a 15 meses) e, sem surpresa, constatamos que são os que têm preocupações de defesa territorial numa aceção do passado mais acentuada e forças armadas mais numerosas em relação à população.

Mesmo em relação aos novos membros da NATO, só dois dos aderentes até fins de 2008 tinham ainda um serviço militar obrigatório (Estónia e Lituânia); dos outros, a Eslovénia optou pelas forças profissionais antes de 2004 e os restantes entre 2004 e 2008.

As Forças Armadas da NATO europeia são hoje em dia quase só profissionais (com exclusão da Grécia e Turquia) e, para além disso, contam com um crescente contingente civil. É difícil encontrar números gerais neste campo, mas em termos genéricos podemos afirmar que os civis representam cerca de 10% das forças armadas da NATO-Europa em 2009, percentagem que é maior nalguns casos (como a França, com 46.390 civis em Forças Armadas de 352.771- 13%). Verifica-se igualmente que, enquanto a tendência geral das Forças Armadas é para diminuir quantitativamente, o número de civis aumenta.

Em termos gerais, nas duas últimas décadas há uma acentuada queda das Forças Armadas na NATO Europa, que passaram de 3,039 para 2,111 milhões (uma queda de 31%). Em contrapartida as despesas com a defesa aumentaram de 156 para 215 biliões de dólares no mesmo período, o que significa que as despesas, por cada indivíduo, nas Forças Armadas duplicaram. Gasta-se mais com menos pessoas, mas o peso da defesa nos orçamentos tende a diminuir.

Vamos assim encontrar já hoje um novo paradigma nas forças armadas da NATO europeia: menores, com maior despesa, profissionais e com cada vez mais civis. Mesmo sem examinar mais nada, já podemos concluir que estas Forças Armadas, embora sejam menores, têm necessariamente capacidades acrescidas.

A aproximação seguida até agora permitiu já detectar uma série de importantes mudanças efectivas e não meramente previsíveis, mas é altura de pormenorizar mais, acompanhando as mudanças ramo a ramo.

Os Exércitos da NATO Europeia

O corte numérico mais forte ocorreu nos Exércitos, que passaram para quase metade do que eram (de 2,067 para 1,173 milhões), num corte de 44%.

O corte maior dentro dos Exércitos ocorreu nas unidades mecanizadas, o seu componente mais “pesado” e difícil de projectar. O carro de combate é o sistema de armas que está no centro do conceito de forças mecanizadas e eles passaram para cerca de metade (de 18.871 para 9.826, o que corresponde a 52%). Casos extremos foram a Holanda ou a Bélgica, que reduziram a frota de carros de combate para cerca de um décimo do que eram (de 913 para 60, no caso da Holanda; de 359 para 40, no caso da Bélgica). No Reino Unido a redução foi de 1.900 para 386 (um corte para 20%) e, na Itália, de 1.673 para 320 (um corte para 19%). Verificou-se ainda uma paralela modernização dos carros de combate: em 1990, só 15,5% eram da última geração; em 2009, já encontramos 32% do total da última geração (*Leopard 2*, *Leclerc*, *Challenger* ou *Ariete*). Apesar disto, mesmo os carros de combate da última geração que já eram operacionais em 1990 diminuíram as suas frotas: os *Leopard 2* passaram de 2.465 para 2.164 e os *Challenger* de 450 para 386 (devido à transição do modelo I para o II). Os modelos que ainda não eram operacionais em 1990, criaram entretanto pequenas frotas, com números muito menores que no passado: a França só adquiriu 400 *Leclerc* e a Itália só comprou 200 *Ariete*, o que é muito pouco em relação ao passado recente.

Em termos de unidades mecanizadas, para dar só um exemplo, a Bélgica passou de uma brigada blindada e três brigadas de infantaria mecanizada, para uma única brigada de infantaria mecanizada. Muitos estados adoptam a ideia de que convém manter uma unidade mecanizada (embora num conceito diferente do passado) para escola e para prevenção contra evoluções improváveis, mas não impossíveis, mas sem insistir num esforço maior. Na realidade, entre 1990 e 2009, só dois dos 14 estados da NATO-Europa aumentaram a frota de carros de combate, em ambos os casos por terem recebido modelos retirados de serviço por outros: a Turquia (passou de 3.828 para 3.931) e Portugal (de 86 para 224).

Em 2009 nenhum estado europeu tem em desenvolvimento um novo projecto de carro de combate, havendo somente programas em curso para modernização da frota existente.

-*-

A queda muito importante dos sistemas de armas mais pesados dos exércitos não deve ser identificada como significando um desaparecimento dos blindados.

O que se deu, foi uma sua adaptação às novas condições. Os blindados ligeiros normalmente classificados como de reconhecimento, aumentaram ligeiramente em número (passaram de 4.077 para 4.182); para além disso, receberam muitas novas missões, onde se destacam as ligadas à transmissão e recepção de sinais, postos de comando, vigilância electrónica, centros de coordenação de veículos não tripulados, etc. Os veículos de combate da infantaria mantêm praticamente as existências (passaram de 4.687 para 4.581). Como isto ocorre no contexto de uma drástica redução do número de unidades, a conclusão a tirar é que este tipo de veículos adquiriu novas capacidades e valências e se tornou a base das unidades blindadas que sobrevivem.

No caso dos veículos blindados de reconhecimento, o grande aumento surge nos mais ligeiros de rodas (casos como o Eagle, Fenneck, Sabre) que adquirem novas missões. Os veículos de combate de infantaria expandem-se pelo conjunto da força, porque oferecem um grau de protecção superior e um poder de fogo interessante com uma pequena massa – coisas muito procuradas nos novos teatros. Vários modelos surgiram de 1990 para cá (família CV-90, Pizarro, Dardo ou Puma) e passaram a ser usados em muitos casos como os veículos centrais de várias missões.

Os veículos de transporte de infantaria registam uma queda sensível (de 27.962 para 20.356 – ou menos 28%) e os que se afirmam recentemente são os que oferecem maior protecção contra as ameaças mais sentidas nas forças projectadas. São especialmente procurados depois de 2003 os veículos MRAP (*Mine Resistant Ambush Protected*), capazes de proteger os ocupantes contra explosões que venham de baixo e adaptados a pequenas patrulhas em zonas de alto risco. Os modelos mais procurados nos últimos anos obedecem a estas preocupações: *Bushmaster*, *Dingo 2*, *Bulldog*, *Jackall*.

-*-

Uma evolução notória é no sentido do aumento das forças especiais e das forças susceptíveis de serem projectadas em pouco tempo e sustentadas a grandes distâncias por períodos prolongados. Os nomes destas unidades variam conforme as circunstâncias e as capacidades próprias: forças de reacção rápida, aeromóveis ou até, nalguns casos, meramente forças ligeiras. A França, a Alemanha ou a Grécia, por exemplo, criaram divisões ou brigadas aeromóveis; o Reino Unido chamou-lhe divisão de assalto aéreo; quase todos os exércitos criaram divisões, brigadas ou batalhões de reacção rápida; a Espanha, para dar outro exemplo, criou uma divisão ligeira, a que estão ligadas as suas unidades mais projectáveis.

O crescimento das unidades de forças especiais foi imenso, com valências e capacidades diferenciadas. A diversidade neste campo é grande e este é o tipo de forças que tem uma utilização mais intensa, acompanhando todas as fases típicas de uma crise internacional, desde antes da chegada do contingente militar até depois da sua retirada oficial.

-*-

A evolução da artilharia nos últimos 20 anos é significativa. Ela diminui em termos numéricos (a auto propulsada passa de 3.819 para 2.761 e a rebocada tem uma queda ainda maior – de 3.475 para 1.551, nas peças de 105 mm; de 2.591 para 1.381, nas peças de 140 a 155 mm), mas mudou muito em termos qualitativos. A preocupação central é a de integrar a artilharia no campo de batalha digital, o que passa pelo aumento dos elementos de aquisição de alvos, pela adopção de munições inteligentes e por sistemas de tratamento e partilha da informação em tempo quase real. As unidades de artilharia foram, por exemplo, das primeiras a incorporar UAVs para aquisição e iluminação de alvos ou a conhecerem uma digitalização, o que em quase todos os casos foi considerado o primeiro passo para a digitalização integral da força. Esta evolução deu novas capacidades à artilharia, nomeadamente em termos da precisão e rapidez de resposta, o que lhe permite um apoio às operações das forças expedicionárias em ambientes muito exigentes. A nova artilharia pode actuar de forma cirúrgica, de modo a bater alvos a pouca distância de forças amigas.

A evolução tem sido no sentido não só da digitalização da artilharia, mas igualmente da resposta a novas ameaças. A antiaérea, por exemplo, tem evoluído para responder aos veículos aéreos não tripulados, alvos muito mais difíceis e exigentes que os anteriores. Na realidade, só em casos raros tornaremos a ver aparelhos tripulados com munições estúpidas que precisem de passar por cima dos seus alvos para os atingir, o que era a ameaça tradicional a que a antiaérea procurava responder.

Desenvolveu-se igualmente nas duas últimas décadas o uso de armas inteligentes nos exércitos, bem como de sistemas de armas que incorporam inteligência artificial em vários graus. Aumentou o uso de munições inteligentes de artilharia e morteiros, de mísseis, de sistemas de vigilância de área remotos, de veículos não tripulados aéreos e terrestres (usados regularmente por 10 dos 14 exércitos da NATO europeia). Um exemplo esclarecedor é dado pelas forças europeias projectadas no Afeganistão em 2009. Nove delas utilizam de forma regular e normal veículos aéreos não tripulados (Alemanha, Dinamarca, Espanha, Reino Unido, França, Itália,

Holanda e Polónia) e seis utilizam veículos terrestres não tripulados ou sistemas de vigilância autónomos com inteligência artificial.

Uma outra evolução notória nos exércitos da NATO europeia foi o crescimento do componente aéreo. Há essencialmente três elementos que se desenvolveram neste campo nos últimos tempos. Em primeiro lugar, os já mencionados veículos aéreos não tripulados, com maior ou menor inteligência artificial. Em segundo lugar, os aviões e helicópteros especializados na guerra electrónica e de comunicações, até porque eles passam a ser essenciais para transmitir os sinais e controlar os veículos não tripulados num raio superior a poucas dezenas de quilómetros. Muitos destes aparelhos especializados na guerra electrónica e de sinais usados pelos exércitos são muitos discretos, a pontos de terem matrículas e cores civis, tripulados por pilotos não fardados. Finalmente, é notório o aumento dos helicópteros de combate dos exércitos, com sistemas de armas que permitem uma actuação a longas distâncias. Em 1990, por exemplo, os únicos exércitos da NATO-Europa que tinham um helicóptero de combate digno desse nome eram a Itália (através do *A-129*, recentemente entrado em serviço) e a Grécia (que utilizava uma dezena de *AH-1* americanos). Os outros exércitos europeus, mesmo os da França ou Reino Unido, usavam simplesmente helicópteros armados, meras adaptações de modelos de transporte ou ligação com alguns sistemas de armas instalados (caso dos *Bo-105 PAH* alemães ou dos *Gazelle* franceses e ingleses). Em 2009, a situação é muito diferente, com 8 dos 14 estados a contarem com verdadeiros helicópteros de combate nos seus exércitos, desde o *AH-64* americano (usado pelo Reino Unido, Holanda e Grécia) ao recentemente operacional *AS-665 Tiger* europeu (França, Espanha e Alemanha).

Todos os exércitos considerados têm avançado igualmente no problema central da criação do campo de batalha digital, dentro da acepção que as capacidades desenvolvidas tanto se aplicam em termos de uma luta convencional como em operações assimétricas. É notório, no entanto, que nenhum adoptou o conceito americano de tentar edificar à partida um sistema de sistemas, com centenas de projectos concretos integrados e coordenados. A aproximação europeia é a de uma evolução por pequenos passos, o que tem a ver com os menores recursos financeiros para investigação e desenvolvimento, com os receios de uma mudança demasiado ampla muito rápida e também com um conceito diferente do futuro das operações militares.

A Europa da NATO, ao contrário do que acontece com os EUA, tem dificuldades em aceitar um cenário de operações de grande envergadura convencionais contra as forças armadas de um outro estado, pelo que tende a privilegiar no curto prazo a actuação em “guerras assimétricas”, o tipo de operações em que as suas forças se tem envolvido nas duas últimas décadas.

Mesmo no caso da primeira fase das operações no Iraque (2003) ou no Afeganistão, só o Reino Unido participou. Depois de destruídas as forças armadas dos estados existentes é que a NATO europeia se envolveu mais intensamente nas operações de estabilização posteriores. Há assim um conjunto de factores que apontam para caminhos de evolução da digitalização diferentes no caso dos EUA e da NATO europeia, tudo agravado e complicado pelo facto da Europa como um todo não ter uma política coordenada neste campo, o que faz com que os seus estados vão fazendo o que podem segundo caminhos e opções distintas. Em 2009, por exemplo, ainda só dois estados colocaram em operações no Afeganistão sistemas do soldado digitalizado: a Alemanha, com o *Infanterist der Zukunft* (sistema básico) e os EUA, com o *Land Warrior*. A França tem previsto a colocação de unidades equipadas com o *Felin* em zonas urbanas do Afeganistão para 2010, mas ainda está à espera de kits para as zonas desérticas e de alta altitude.

O Poder Naval

A mudança central nesta área vai igualmente no sentido da adaptação a operações infocentradas, com a alteração do enquadramento estratégico e das capacidades técnicas.

Em termos do enquadramento estratégico desapareceu nas últimas décadas qualquer ameaça naval séria que as armadas da NATO europeia temessem, tanto em termos de superfície como submarinos; em contrapartida, cresceu muito a necessidade de projectar e sustentar força a longas distâncias e de assegurar a defesa contra ameaças assimétricas.

Em termos das capacidades técnicas, a grande novidade é a possibilidade de pensar a força naval de forma infocentrada, com a partilha de informação e sensores em tempo real entre os seus diversos elementos; em certo sentido é como se uma força naval deixasse de ser composta por muitos elementos independentes, desde navios a submarinos, helicópteros, aviões e sensores diversos em terra, no leito oceânico e no espaço, para passar a ser uma entidade única, com muitos ouvidos, olhos e sistemas de armas partilhados por todos os elementos e ao dispor de um cérebro coordenador. Isto cria uma capacidade sem paralelo de entender a situação e reagir com os meios mais adequados, independentemente do tipo de plataforma onde eles estejam. Ainda nenhuma armada europeia está nesta fase, mas todas elas para lá caminham rapidamente.

As armadas da NATO europeia conheceram igualmente uma importante redução numérica, embora menor que a dos exércitos: passaram de 369 para 251 mil indivíduos (uma queda de 32%, quando a do exército foi de 44%).

Em termos do poder naval, assistiu-se nas duas últimas décadas a uma substancial redução dos navios de controlo do Oceano e das unidades ligadas às forças de dissuasão nuclear. Os SSBN (do Reino Unido e França) passaram de 14 para oito (quatro classe *Le Triomphant* francesa e quatro da classe *Vanguard* britânica). Os SSN, os navios por excelência de controlo dos oceanos, que só o Reino Unido e a França têm na NATO europeia, passaram de 21 para 14, dos quais só a classe *Astute* (britânica) e a *Suffren* (francesa) se podem classificar como efectivamente modernas. Os cruzadores desapareceram das marinhas europeias (havia três em 1990). Os porta-aviões mantiveram o seu número (um total de sete), em larga medida porque são igualmente navios centrais para a projecção de poder. É de referir que o único navio da NATO europeia que merece efectivamente o nome de porta-aviões é o francês *Charles de Gaulle*, o único capaz de operar aparelhos de maior peso e de descolagem convencional. Todos os outros (os três *Invincible* britânicos, o *Garibaldi* e o *Cavour* italianos ou o *Príncipe de Astúrias* espanhol) são, na realidade, porta V/STOL ou porta helicópteros, com fortes limitações em termos de capacidades quando comparados com um porta-aviões tradicional. Nenhum poder europeu tem algo que se compare aos grandes porta-aviões de esquadra dos EUA.

A frota de submarinos convencionais europeia teve uma drástica redução (de 112 para 58), o que está ligado à diminuição da ameaça naval sentida. Os submarinos convencionais mudaram muito nestes anos, tornando-se em regra menores e mais furtivos, os mais recentes com sistemas AIP, com capacidades acrescidas para apoiarem operações de forças especiais ou até para lançarem mísseis de cruzeiro, o que lhes permite alcançar alvos em terra a grandes distâncias – em certos casos estes pequenos (em tamanho) submarinos convencionais são a única arma estratégica dos poucos estados que os possuem. Uma série de países recebeu ou está em vias de receber os modelos da nova geração: a classe S80 espanhola, as classes 212 ou 214 da Itália, Alemanha e Grécia, ou os *Tridente* (classe 209 PN) portugueses (a França e o Reino Unido há muito deixaram de usar submarinos convencionais).

As forças de escolta e protecção oceânica sofreram uma queda numérica importante (de 60 para 23 no caso dos *destroyers* – contratorpedeiros, na denominação portuguesa; de 162 para 123 nas fragatas), acompanhada de uma modernização significativa. As novas unidades tem capacidade de gestão da informação e de coordenação da acção em três dimensões muito maior, podendo em muitos casos servir como centros de comando de uma força naval ou de uma operação de projecção de força, do mesmo modo que contam com sistemas de armas de maior alcance, usados num contexto de partilha da informação. As classes equipadas com sistemas tipo AEGIS de gestão coordenada da informação surgiram na NATO europeia só depois de 1990 e estão já ao serviço de sete dos 14 estados (Espanha, França, Reino

Unido, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega). As fragatas e *destroyers* mais recentes contam igualmente com uma maior furtividade, reduzindo a sua assinatura em múltiplos campos do espectro. Alguns dos novos *destroyers* (contratorpedeiros) ou fragatas têm dimensões que faria com que ainda há pouco fossem classificados como cruzadores, para além de capacidades polivalentes de gestão de informação muito superiores a qualquer esquadra de há 20 anos. É o caso, por exemplo, dos *Forbin* da França (7.050t), dos *Dória* italianos (6.635t), da projectada classe 125 alemã (6.800t), dos *Zeven Provinciën* holandeses (6.048t), dos *Álvaro de Bazan* espanhóis (5.853t) ou da classe *Daring* britânica (7.450t).

As forças navais ligeiras, vocacionadas para as águas costeiras e de controlo de mares limitados sofreram uma evolução em dois sentidos. Por um lado, as forças deste tipo vocacionadas para a resposta a ameaças de superfície convencionais conhecerem uma grande redução: as corvetas com sistemas de mísseis anti-navio praticamente desapareceram, as lanchas rápidas lança-mísseis passaram de 125 para 66, as lanchas rápidas lança-torpedos reduziram-se para um terço (de 18 para seis). Isto deveu-se ao desaparecimento das ameaças de superfície tradicionais, já não se temendo, por exemplo, uma ofensiva da marinha da URSS na saída do Mar Negro ou do Báltico, onde se concentravam no passado este tipo de forças (em estados como a Alemanha, Dinamarca, Noruega, Grécia ou Turquia). Por outro lado, porém, as forças vocacionadas para combater ameaças à segurança das sociedades, como o contrabando, narcotráfico, emigração ilegal e outras, aumentaram muito, nomeadamente em termos de patrulhas de várias dimensões, lanchas, helicópteros e meios aéreos. Alguns estados desenvolveram mesmo um novo conceito adaptado a esta conjuntura: navios vocacionados essencialmente para a patrulha, mas que, em caso de necessidade, podem adquirir rapidamente outras capacidades, bastando para tal acrescentar módulos ou componentes para os quais já existe cablagem prevista no modelo de base.

As forças de vigilância e controlo das águas costeiras podem estar dependentes da Armada ou, noutros casos, da Guarda Costeira, ou forças especializadas. As forças navais da *Guardia Finanza* da Itália, por exemplo, são muito consideráveis, com aviões especializados e mais de 200 lanchas ou pequenos navios, isto para já não mencionar, igualmente na Itália, a *Guardia Costiera* e as forças navais dos *Carabinieri* (estas com mais de 170 lanchas).

Uma tendência evidente nas armadas da NATO europeia é o aumento das unidades de fuzileiros (passaram de 17 para 24 mil indivíduos, nos sete estados que as têm). As forças de apoio a operações anfíbias aumentaram igualmente. É necessário salientar em particular o aparecimento de um conceito novo de navio ligado à projecção de força. A inspiração vem do que eram os navios-doca ou os porta-

-helicópteros anfíbios, como a classe *Ocean* britânica. Simplesmente, as novas classes são polivalentes e, para além dos tradicionais helicópteros, podem incluir um grupo aéreo com aviões V/STOL, ou podem retirar o grupo aéreo e aumentar a força anfíbia transportada, ou podem funcionar como posto de comando flutuante de uma força projectada, ou podem ainda servir de navio de apoio logístico, ou de navio de apoio a crises, ou de navio de evacuação de comunidades em risco, ou de navio escola. As possibilidades são muitas e as missões variam de acordo com as circunstâncias. Os melhores representantes deste tipo de navio na NATO europeia, são os dois *Mistral* franceses (lançados em 2004 e 2005) e os dois *Rey Juan Carlos* da Espanha (só um foi ainda lançado à água, em 2008). O próprio nome levanta dúvidas: a Espanha chama-lhe navio de projecção estratégica, tendo em construção dois outros para a Austrália; a França classifica-os de “*Bâtiment de Projection et de Commandement*”. Tudo indica que vamos continuar a assistir a uma rápida multiplicação deste tipo de navios, que nas circunstâncias presentes tem a potencialidade de se tornar no centro da esquadra para muitas das operações que efectivamente empenham forças navais. No caso da NATO europeia são já sete unidades em serviço ou em acabamento em quatro estados (Espanha, França, Reino Unido e Itália), embora os dois últimos tenham modelos mais antigos, ainda concebidos sobretudo como porta helicópteros anfíbios.

As forças de guerra de minas sofreram uma muito importante redução, pela drástica alteração do tipo de ameaça provável.

Uma novidade das últimas décadas é a divulgação de diferentes tipos de embarcações e submarinos não tripulados nas Armadas. Eles eram já usuais na guerra de minas em 1990, mas desde então surgiram muitos outros, com um leque diversificado de capacidades, que vão desde a vigilância, recolha de informação, transmissão de sinais ou base de sensores até às missões de combate mais tradicionais.

-*-

As forças navais da NATO-Europa, em resumo, mudaram muito nas últimas décadas. Elas, tal como aconteceu com outros ramos, passaram a ser orientadas por uma concepção do poder naval e do seu exercício muito diferente do passado, onde a acção da Armada precisa de ser coordenada com múltiplas outras agências e entidades nacionais e internacionais, civis e militares, e passa a ser exercida dando mais importância a vertentes como a protecção do ambiente ou o combate a ameaças assimétricas, que antes eram subalternizadas. É um novo conceito do poder naval, necessariamente partilhado e multifacetado, onde segurança e defesa se misturam.

Em termos da força naval em sentido estrito, esta evolui para uma concepção infocentrada, com partilha da informação e acesso a sensores colocados em múltiplos veículos não tripulados, que conta com capacidades muito superiores às do passado, apesar de ser formada por um número de navios menor. As esquadras desenvolvem em particular a capacidade de projectar e sustentar força a grandes distâncias, o que implica igualmente proteger as vias marítimas que garantem as ligações, mesmo contra ameaças como o renascimento da pirataria. Ao mesmo tempo, criam-se sistemas integrados complexos que permitem um melhor controlo das zonas do litoral ou das zonas económicas marítimas, alguns deles com recurso à vigilância por satélite, o que é uma resposta ao crescimento das ameaças assimétricas. É normal que nos próximos anos se assista a um movimento de alargamento deste tipo de controlo mais rigoroso das zonas litorais às amplas áreas da zona económica marítima, pois está aí a grande fonte de recursos ainda por explorar. Será um movimento que envolve a Armada e múltiplas outras entidades, orientado por um renovado pensamento estratégico marítimo. É muito fácil prever igualmente o aumento das rivalidades para a partilha dos recursos marítimos, tanto no Ártico como no Atlântico.

Força Aérea

O poder aéreo mudou drasticamente nas últimas décadas, a pontos de em determinada altura (quando da campanha da NATO na Sérvia, por exemplo) terem surgido teorias de que ele sozinho poderia resolver todo o tipo de conflitos, de forma distante e com zero baixas.

A principal razão da mudança está ligada à recente capacidade de unir os elementos de informação dispersos de múltiplos vectores de modo a obter uma imagem unificada das operações e transmiti-la a todas as unidades envolvidas. Esta capacidade, permite, por exemplo, que um F-16 não tenha qualquer elemento activo ligado, o que aumenta muito a sua furtividade, mas possa operar em zona aérea inimiga com uma imagem completa e actualizada ao segundo de tudo o que o rodeia, obtida através de dezenas de outros vectores, centralizada e trabalhado num avião radar ou num aparelho de guerra electrónica e transmitida aos pilotos na zona de operações. Isto exige muito dos *datalinks*, sistemas especialmente complexos e difíceis de desenvolver, a pontos de serem os calcanhares de Aquiles mesmo dos modelos mais modernos, como o F-22 americano.

O poder aéreo e aeroespacial tornou-se essencial para o próprio conceito de guerra infocentrada como um todo, pois normalmente é ele que articula os vectores

mais importantes de recolha da informação e ligação dos múltiplos elementos da força, desde as redes de satélites, aos aviões radar, aparelhos de guerra electrónica, aparelhos de comunicações ou a muitos dos UAVs. A grande dificuldade hoje em dia, aliás, não é tanto a de recolher informação, mas sim a de a tratar de modo a criar uma imagem coerente e centralizada, que possa ser útil em termos operacionais e em tempo real.

A esta capacidade básica, outras se juntaram para mudar o poder aéreo, a principal das quais foi a vulgarização do uso de munições inteligentes e baratas, associadas a sistemas ópticos e outros com alcances de dezenas de quilómetros. Um qualquer aparelho moderno pode designar e iluminar alvos a dezenas de quilómetros, que podem ser alcançados pelos seus sistemas próprios ou pelos de outras plataformas.

As munições inteligentes existiam desde há muito (pelo menos desde 1943) na guerra aérea, mas eram muito caras, para além de pesadas e exigentes em termos dos sistemas de apoio dos aparelhos que as usavam. A grande novidade é que elas se tornaram baratas e se desenvolveu a capacidade de encontrarem o alvo de forma autónoma ou, como alternativa, a possibilidade do alvo ser iluminado de forma automática, sem necessitar de qualquer acção humana adicional uma vez designado. Um míssil usado para destruir uma ponte na guerra do Vietname, por exemplo, podia custar mais caro que a ponte que destruía; em contrapartida, um kit *JDAM* que se coloca à volta de uma bomba de 500 ou 1.000 T., de modo a que esta possa ser conduzida por GPS, é incomparavelmente mais barato que um míssil.

Os efeitos conjugados destes factores criaram um padrão de operações que foi ensaiado pela primeira vez na guerra do Golfo de 1991 e repetido depois, sem nunca falhar. Verificou-se que as novas capacidades permitiam anular praticamente sem perdas próprias os sistemas de defesa aérea mesmo no caso de estados com alguma sofisticação técnica, como acontecia com o Iraque ou a Sérvia/Jugoslávia. A guerra começava por ser aérea ou aeronaval (devido aos mísseis de cruzeiro disparados de navios e submarinos e aos aparelhos com base no mar), tendo numa primeira fase como alvo prioritário os sistemas de comando e de informação do inimigo. Antigamente era muito difícil detectar e neutralizar estes sistemas, pois eles estavam ocultos e eram os mais bem defendidos de todos. Com as novas capacidades demonstradas logo em 1991 (domínio da informação, aviões furtivos, munições inteligentes) uma força com uma superioridade clara no campo da informação, podia destruir o sistema de defesa aérea e a capacidade de comando do inimigo com baixas praticamente nulas. Numa segunda fase, a campanha concentrava-se no poder aéreo do inimigo, destruindo os seus aparelhos e bases, sem que estes pudessem reagir, porque em larga medida já estavam cegos e sem coordenação. Numa

terceira fase, a campanha passava a ter como alvo os meios terrestres do inimigo, destruindo-os de forma sistemática, mais uma vez com baixas muito reduzidas. Só na fase final intervinham as forças terrestres, já contra um inimigo desmoralizado e sem meios de oferecer uma resistência significativa.

A receita foi experimentada com sucesso no Golfo (1991) e, anos depois, na Sérvia e no Afeganistão, as ocasiões em que uma coligação com um claro domínio da informação enfrentou um estado relativamente sofisticado, com um aparelho militar numeroso. Em todos os casos a receita funcionou bem no sentido de obter os resultados esperados, mas tal não foi suficiente para resolver o problema de fundo, que exigiu a colocação e manutenção de forças numerosas no terreno.

As mudanças no poder aéreo da NATO europeia reflectem muito bem esta evolução: forças menores, infocentradas, com capacidades novas de domínio da informação, com sistemas inteligentes e crescentemente autónomos, com um reforço substancial da capacidade de projecção e sustentação de força.

Em termos da NATO europeia, as forças aéreas nas duas últimas décadas diminuíram numericamente: 558 para 337 mil indivíduos (uma queda de 40%). O maior corte deu-se nos elementos de defesa aérea (pois praticamente desapareceu uma ameaça convencional deste tipo) e nos caça-bombardeiros. Em conjunto, caças e caças-bombardeiros passaram de 4.366 aparelhos para 2.451, uma queda de 44%, enquanto os bombardeiros puros (como os *Vulcan* britânicos ou os *Mirage IV* franceses de 1990) desapareceram. Simplesmente estes números são muito enganadores, pois as capacidades de um *Eurofighter* ou de um *Rafale*, por exemplo, pouco têm a ver com a de aparelhos como os F-104, o *Mirage III* ou o F-5, que vieram substituir. Os aparelhos modernos são polivalentes (a missão muda com a instalação de um ou outro sensor, muitas vezes externo), infocentrados, com capacidade de ver e actuar a longa distância, associada nomeadamente a um reabastecimento em voo, coisa que raros aparelhos de 1990 tinham. Também os aviões de combate embarcados diminuíram sensivelmente na NATO europeia: passaram de 204 para 125.

O grande aumento nas duas últimas décadas surgiu nos aparelhos de guerra electrónica e de obtenção e tratamento da informação, que visam obter a superioridade no domínio das informações e das transmissões. As principais forças aéreas, por exemplo, criaram unidades especializadas no controlo de UAVs, com aparelhos, normalmente de reduzidas dimensões, capazes de transmitir sinais a longa distância e contrariar as medidas de guerra electrónica do inimigo. Aumentaram muito igualmente os aparelhos capazes de designar e iluminar alvos em ambientes aéreos não hostis, muitas vezes simples adaptações de aviões ligeiros (como o *King Air*, o EMB-145 ou o *Falcon* modificados) ou mais sofisticados (como o recente e polivalente *Sentinel*, do Reino Unido). Aumentou ainda o número de aviões radar,

sejam eles de comando e controlo do espaço aéreo (como o *E-3* ou o *E-2* embarcado da França), de vigilância de terra (como o *Sentinel*) ou do espaço marítimo (como as versões de patrulha marítima do *Falcon* ou do *CASA-212*). No conjunto, estes aparelhos triplicaram na NATO europeia.

A capacidade de transporte aéreo manteve-se com uma pequena queda numérica (de 650 para 562 aparelhos), o que significa que o transporte aéreo aumentou em termos relativos. Cresceu em particular a capacidade de transporte aéreo estratégico e é neste campo que são de esperar os maiores reforços nos próximos tempos, nomeadamente com a entrada em serviço do *A-400*. O número de aviões de reabastecimento em voo aumentou igualmente (de 61 para 70), o que representa um acréscimo importante da capacidade de projectar e sustentar forças a longa distâncias.

A força de helicópteros de apoio tático sofreu uma queda substancial (de 2.818 para 1.893 aparelhos, ou menos 33%), mas há que ter em conta que os novos aparelhos (como o *EH-101*, *NH-90*, *AB-412* ou *EC-725*) têm capacidades muito superiores aos que foram retirados de serviço (como os *Puma*, *Alouette III*, *UH-1* e outros).

A maioria das Forças Aéreas da NATO-Europa criou nas últimas décadas a capacidade de operar com UAVs de diverso tipo, sendo este o campo onde se devem esperar novidades mais importantes nos próximos tempos. Os UAVs começaram por ser somente de observação, reconhecimento e recolha da informação, mas o seu leque de missões rapidamente se expandiu e hoje ele abarca todo o tipo de missões de combate, praticamente sem excepção. Inicialmente também os modelos usados na NATO-Europa eram quase só americanos, mas hoje há um crescente número de modelos de origem europeia, com muitos mais em desenvolvimento. Os UAVs estão ainda rodeados de polémica, com muitos opositores, mas têm um peso e significado crescente na NATO europeia.

Conclusões Provisórias

Que podemos concluir? Antes do mais, que estamos em terreno movediço, numa realidade que tem mudado e continua a mudar muito rapidamente, sem ter ainda alcançado uma plataforma de estabilidade conceptual.

Um Novo Conceito de Defesa

A grande mudança das duas últimas décadas na NATO europeia foi a do próprio conceito de defesa. Hoje este deve ser entendido como uma componente da

construção de um quadro geral de segurança que, no caso da NATO e da Europa, só pode ser pensado como um princípio activo, sem fronteiras, transversal e de soberania partilhada, que envolve tudo e todos. Hoje defendem-se valores, conceitos e formas de vida, com um leque amplo de meios, onde se incluem os militares. Isto pouco tem a ver com a ideia tradicional da defesa como a manutenção do território, pessoas e bens de um estado de soberania plena, conceito que ainda vigorava no essencial em 1990. A fronteira da soberania na Europa actual não é uma linha num mapa, mas sim a capacidade de contribuir para a sustentação de valores e objectivos comuns; quanto maior ela for, mais forte será a voz da entidade em causa na elaboração da estratégia geral e dos seus objectivos e, logo, maior será a sua soberania entendida numa acepção moderna.

Um novo conceito de Forças Armadas

A segunda grande mudança tem a ver com a ligação entre Forças Armadas e sociedade. Na NATO da Europa (a afirmação não é de aplicação universal) as Forças Armadas passaram a ser formadas por profissionais, técnicos formados ao longo de uma vida, mais pequenas, mais caras, com um crescente componente civil. Significa isto que, mais tarde ou mais cedo, haverá uma valorização do papel das Forças Armadas nas mentalidades sociais. O grande problema neste campo é que muitos militares ainda se agarram à sua imagem do passado e não compreendem que, quanto mais o fizerem, mais serão olhados pela sociedade como dinossauros em vias de extinção, que soltam grande berros sobre problemas que ninguém sente e sobre ameaças que só eles vêem. Quando, pelo contrário, os militares assumirem plenamente a sua missão e perfil modernos, o seu papel será valorizado por uma sociedade que precisa mais do que nunca de Forças Armadas. Ao fim e ao cabo, as Forças Armadas na NATO europeia nunca foram usadas de forma tão intensa e tão permanente como agora desde a formação da NATO, apesar de não haver oficialmente qualquer guerra.

Um Novo Conceito de Operações Militares

A terceira grande mudança é a do conceito de operações militares. Hoje em dia, a norma são operações essencialmente políticas, ou político-militares para quem prefira uma aproximação mais tradicional, necessariamente conjuntas, quase sempre combinadas, com um componente civil importante, com múltiplas agências e instituições não governamentais envolvidas. O objectivo central destas operações

não é destruir o inimigo (por vezes nem se sabe quem é o inimigo) ou ocupar o seu território (quase todas as operações começam com o território já ocupado), mas sim alcançar objectivos políticos de médio prazo, que raramente podem ser indicados oficialmente na totalidade. As operações militares passam a ser encaradas como um componente de uma estratégia mais ampla e vasta, usadas desde o primeiro ao último momento, mas só muito raramente de forma autónoma. Ao mesmo tempo, os militares são chamados em toda a Europa a cumprir muitas outras missões, algumas de índole interna, como a de colaborar na defesa do ambiente, ou na manutenção da saúde pública, ou na resposta a catástrofes naturais, ou na defesa do ciberespaço, ou no combate ao crime organizado, etc... Em todos os estados da NATO se confirma que as forças armadas são empenhadas em operações efectivas e reais (não em treinos e manobras) nos últimos 20 anos de forma muito mais intensa que no passado. Temos assim uma evolução dupla em termos das missões das Forças Armadas: missões frequentes no exterior, de um tipo muito diferente do passado; missões crescentes no interior e tudo num contexto em que se misturam forças armadas e de segurança, militares e civis. O objectivo de ambas é exactamente o mesmo: defender os valores em que se baseia um quadro de segurança humana, o que passa pela visão de uma grande estratégia global.

Operações Infocentradas

A quarta grande mudança tem a ver com as capacidades muito diferentes dadas pelas operações infocentradas. A principal é a possibilidade de visualizar a força no seu conjunto como um organismo vivo, com órgãos de tipo muito diferente, que embora complexo e espalhado por um amplo território, pode ser coordenado, de forma descentralizada e em rede, através do domínio da informação. A informação recolhida por milhares de vectores distintos deste organismo, pode ser tratada, transformada em conhecimento com significado operacional e transmitida a todos os componentes. Isto, associado a sistemas de armas de maior alcance, precisão e furtividade, traz consigo uma vantagem imensa. Nas operações militares futuras o importante não será o número: serão as capacidades.

Cada Vez mais Sistemas de Inteligência Artificial

A quinta grande mudança tem a ver com um aspecto particular do domínio da informação: o desenvolvimento de sistemas cada vez mais sofisticados de inteligência artificial e de transmissão segura dos sinais, que permitem entregar um número

crescente de missões a veículos não tripulados, ou dispositivos não guarnecidos, terrestres, aéreos ou navais, bem como criar munições inteligentes baratas e fiáveis. Inicialmente era só o reconhecimento e a vigilância; hoje é muito mais, tanto no campo das missões de combate como no da logística e da saúde. Ainda estamos no começo deste processo, mas basta comparar o uso dos veículos não tripulados ou guarnecidos em qualquer dos ramos nos estados da NATO europeia nas duas últimas décadas, para ter uma ideia do imenso caminho já percorrido.

Uma Transformação da Defesa Para Cada Um

A forma como estas mudanças se interligam entre si e conduzem a um processo próprio de “transformação da defesa” muda muito de estado para estado e depende das condições concretas. Em termos gerais da NATO europeia, podemos distinguir dois períodos muito diferentes. Durante toda a década de 1990 havia a sensação de que o processo em curso tinha como fio condutor a técnica e a ciência, o que estava ligado à ideia de que os potenciais inimigos eram estados com forças armadas tradicionais. A partir da ocupação do Afeganistão ou do Iraque (em 2003) emergiu um outro conceito de operações, centrado nos efeitos de longo prazo, mais complexo e difícil de dominar e ainda longe de estabilizado em termos teóricos ou práticos. Em certo sentido, a NATO europeia e os EUA percorreram o caminho porque muitos outros já passaram: euforia dada pela facilidade das vitórias iniciais de quem introduz conceitos novos com capacidades acrescidas; logo seguida pela desilusão, quando se verifica a dificuldade de transformar vitórias militares clássicas em efeitos duradouros no complexo mundo actual.

Uma Transformação Ainda Mal Servida pela Estratégia

A transformação que vivemos hoje em dia conduziu a mudanças já efectivas de capacidades e possibilidade imensas, mas ainda não levou a uma renovação real do pensamento estratégico. Há a tendência natural de pensar em termos do enquadramento do passado, sem se entender que, como procurei salientar na parte inicial deste artigo, hoje os desafios são muito diferentes e, logo, o empenhamento das forças ligadas à defesa também o é. Usamos forças do presente com estratégias do passado e para responder a desafios dos fantasmas do passado: esse é o problema central da defesa no nosso tempo. A razão de fundo é simples de entender e já a mencionei: ainda não há soluções para os grandes problemas do presente e, logo, ainda não há teorias aceites pela maioria que apontem para elas. Vemos o

peso esmagador do passado em tudo, como os autores que continuam a dizer que a principal ameaça actual é o terrorismo, sem entender que o terrorismo é somente um método de ampla utilização, nunca uma ameaça em si; como os estados que acham que a resposta ao terrorismo é a ocupação dos territórios que podem ser seus santuários, sem entender que essa ocupação é a melhor coisa que podem fazer às organizações que pretendem combater. O pensamento não tem acompanhado a mudança, em resumo, e será um dos campos que mais se vai alterar nos próximos tempos.

-*-

Toda a evolução da defesa é condicionada em termos gerais pelas correntes indicadas no começo deste artigo: a rápida mudança do sistema internacional e das suas regras; a mudança do modelo de desenvolvimento; a mudança do modelo ecológico. Não é difícil prever que o mundo de meados do século vai ser muito diferente do actual. É um tempo histórico que está a chegar ao fim, dando origem a uma transição longa que se vai prolongar por décadas, até se alcançar uma nova estabilidade. Não é difícil também prever que essas décadas serão das mais agitadas de sempre na história da humanidade, com grandes conflitos, não necessariamente estatais e possivelmente muito diferentes dos actuais, com grande instabilidade e abalos imensos.

Em última instância, o que vai mudar é a forma de vida e a relação com o planeta, o que se aplica a tudo e a todos. O único verdadeiro inimigo é a tradição e a resistência à mudança. Pode, no entanto, acontecer que, no período de escassez e de dificuldades de vários tipos que vai começar, haja estados que se sintam tentados a resolver o problema conquistando uma posição de privilégio no acesso a recursos em relação aos outros, de modo a prolongarem por mais algum tempo uma situação insustentável no médio prazo. Se isso acontecer, o resultado serão guerras estatais muito “clássicas” e anormalmente destruidoras, que possivelmente terão meramente o efeito final de acelerar todo o processo e de lhe dar uma forma violenta e incontrolável.

Vivemos um tempo de mudança rápida, mas uma mudança diferente do passado, pois incide sobre as formas de vida e os seus valores. É uma transição longa, que se vai prolongar por muitas décadas (possivelmente todo o século XXI). Não é difícil prever que as sociedades da NATO europeia vão reforçar a sua defesa, o que significa que vão aumentar as despesas com ela a partir do mínimo histórico hoje alcançado. Não é igualmente difícil prever que a Europa a curto prazo vai chegar à conclusão que a única maneira de alcançar capacidades que hoje não têm

é enfrentar o problema da defesa no âmbito alargado da União Europeia, desenvolvendo uma real defesa europeia, o que implica obviamente ter uma política comum que a dirija.

A defesa no futuro não terá muito a ver com a actual; será uma actividade complexa, essencialmente política, exercida por forças diversas com uma composição civil-militar. Em certo sentido, hoje difícil de entender para as mentes mais tradicionais, a defesa será o nível estratégico da acção social, o nível que coordena e torna coerente múltiplas outras acções parciais, o nível que procurará assegurar no essencial a transição tão pacífica quanto possível para os valores da nova ordem em rápida criação.

A defesa, em resumo, tem um futuro risonho diante de si, o que é péssimo, pois indicia que se aproximam tempos conturbados e agitados, tempos de grande e rápida mudança, a maior mudança dos últimos 500 anos. Podemos gostar ou não disso (pessoalmente, não gosto); o resultado final não será muito diferente.